

## MERCADO DE TRABALHO DE AL É O MENOS AFETADO DO PAÍS NA PANDEMIA

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O mercado de trabalho alagoano foi o que sofreu menos impacto no primeiro ano da pandemia de Covid-19, segundo estudo do Centro de Políticas Sociais. da Fundação Getulio Vargas (FVG Social). O diagnóstico, baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a queda no emprego entre o quarto trimestre de 2019 e o mesmo período do ano passado foi de 1,22%. Segundo a FGV, o emprego no Rio de Janeiro foi o mais afetado pela pandemia, com a retração de 14,28% na taxa de ocupação no período. Em segundo lugar aparece o Ceará, com uma queda de 13,84%, seguido de Pernambuco (-11,75%), São Paulo (-11,32%), Bahia (-11,09) e Sergipe (-10,34%). Entre os trabalhadores ocupados, Alagoas aparece em sétimo lugar do País em houve menos mudança de local de trabalho, com 10,24% do total de empregados. Nesse quesito, o Mato Grosso do Sul aparece como o estado em que houve menos mudança de local de trabalho, com 5,5%. Em seguida aparecem Mato Grosso (8%), Pará (8,36%), Amazonas (8,53% e Tocantins (9,70%). O Rio de Janeiro também foi onde houve maior mudança de local de trabalho (19,55%), seguido de São Paulo (17,75%), Paraíba (14,43%) e Sergipe (13,54%). Segundo Marcelo Neri, diretor do FGV Social e responsável pela pesquisa, existem grupos que são mais penalizados pela pandemia, independente da classe social, como os idosos que mudaram o seu local de trabalho pela maior vulnerabilidade ao Covid-19, e as mulheres que estão sofrendo com a dupla jornada. Segundo dados do FGV Social, a taxa dos que mudaram seu local de trabalho entre os idosos, grupo mais vulnerável à Covid, foi de 27,35% contra 13,44% dos jovens de 15 a 19 anos. Já as mulheres, penalizadas pela jornada dupla, foi de 23,39% contra 16,87% dos homens. Pessoas com acesso à internet em casa foi de 21,33% contra 6,45% dos sem internet. “O Rio [de Janeiro] foi tão afetado porque é a unidade da federação que tem a maior proporção de idosos, enquanto São Paulo é a terceira. Então, tem uma população vulnerável, que tem que ser protegida”, explicou Neri. O estudo apontou que entre as pessoas mais beneficiadas com a possibilidade de mudar os locais de trabalho foram as da classe AB (27,03%). Já entre os pobres, o percentual era muito menor, de 7,96%. Entre os funcionários públicos eram 34,81%, nos empregadores, 21,17%, em empregados formais 20,05% e nos autônomos 14,27%. Por escolaridade, as pessoas com diploma superior eram 40,06% contra 6,71% daqueles com fundamental incompleto. Para Neri, “com a vacinação, que avança de maneira planejada, o que é importante para sinalizar para a população, há uma possibilidade de retomada rápida da ocupação com a volta dos trabalhadores informais”. Mesmo assim, ele acredita que haverá efeitos do que ocorreu com a pandemia. “As crianças e jovens que tiveram dificuldade de manter os estudos vão ser mais afetados para além da pandemia. O jovem que se formou e teve dificuldade de entrar no mercado de trabalho, depois de passar a pandemia precisa de um apoio. Não é uma coisa que passou a pandemia e passou tudo. Tem que ter políticas públicas para a recuperação da defasagem escolar e de oportunidades a esses jovens, para não ter a geração covid. Os efeitos são longos e as políticas também têm que ser longas. Tem que recuperar a defasagem escolar e de conhecimento. Então, tanto as políticas como os efeitos são de prazos mais longos, por isso, preocupam”, alertou. Neri disse que antes da pandemia, uma pesquisa em 124 países para avaliar se o trabalhador tinha medo de novas tecnologias no mercado de trabalho, apontou o Brasil em 108º lugar. “Só em 16 países tinham mais medo do que os brasileiros. A tecnologia é o caminho que foi acelerado, que permite às pessoas trocarem de local de trabalho e não perderem os empregos. Se essa pandemia tivesse sido há 30 anos, os efeitos trabalhistas teriam sido muito maiores”, disse. As informações são da Agência Brasil. GOVERNO PRORROGA AUXÍLIO EMERGENCIAL POR MAIS TRÊS MESES

